

Estudo Técnico Preliminar 30/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 032/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente documento tem como objetivo descrever a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços regulares de coleta, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos de lixo extraordinário originado da varrição de escritórios, banheiros, restos de refeitório e semelhantes gerados nas atividades do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ.

2.2. Tem como objetivo a coleta regular de resíduos sólidos de lixo extraordinário, em dias e horários previamente definidos, e transporta-los até local de destinação final apropriado.

2.3. Visa também, o cumprimento das normas ambientais e sanitárias vigentes, bem como atender às demandas emergenciais ou extraordinárias, mediante solicitação, com emissão de relatórios periódicos sobre quantidade coletada e ocorrências relevantes.

2.4. A frequência mínima da coleta deverá ser de 3 (três) vezes por semana, podendo ser ajustado conforme volume e necessidade da localidade.

2.5. A coleta regular de resíduos é um serviço essencial, diretamente relacionado à saúde da população, à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida da comunidade. A ausência ou falha na prestação desse serviço pode ocasionar sérios impactos sanitários, ambientais e sociais.

2.6. Dessa forma, se faz necessária a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final ambientalmente correta de lixo extraordinário originado da varrição de escritórios, banheiros, restos de refeitório e semelhantes gerados nas atividades do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ.

2.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

2.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.9. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal desta autarquia, não inerente às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.10. Entre os resíduos gerados pela sede do CRF-RJ estão os “Resíduos Comuns não Recicláveis”, os quais são equiparáveis aos resíduos domiciliares, tais como: papéis sanitários, papéis de cozinha e copa, bem como resíduos de varrição, alimentares entre outros. Estes resíduos são classificados como Resíduos Classe II – não perigosos, segundo a ABNT NBR 10004, anexo H.

2.11. Os quantitativos dos itens estarão discriminados no item do levantamento de mercado, e são caracterizados como continuados.

2.12. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

2.13. O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura ou da emissão da nota de empenho até a lavratura do termo de aceite definitivo.

2.14. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser renovado por igual período, mediante celebração de termo aditivo, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.16. Através dos motivos expostos anteriormente, para que o CRF-RJ possa realizar a gestão de forma ambientalmente correta, com a regra coleta, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos de lixo extraordinário originado da varrição de escritórios, banheiros, restos de refeitório e semelhantes gerados nas atividades do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ, é necessária a contratação de uma empresa especializada para a realização da coleta, transporte e a destinação final adequada desses resíduos, uma vez que a atual prestadora de serviços, COMLURB, através da Lei nº 3273 de 06 de setembro de 2001, limita a quantidade de resíduos a ser coletada.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Administração	Maria Luiza Massa Gomes Olivera

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. *Visando atender à Instrução Normativa nº01/2020 – MPOG/SLTI, inciso XII do §º do art. 18 e inciso III, art. 45 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a empresa CONTRATADA deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:*

4.1.2. *A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância;*

4.1.3. *Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, cumprindo a legislação vigente;*

4.1.4. *Cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como o CONAMA respectivo*

4.1.5. *Para a prestação dos serviços gráficos, objetos da presente contratação, são utilizados diversos produtos químicos, considerados tóxicos, dessa forma, geram resíduos/rejeitos após suas execuções, os quais pelas suas características, necessitam de adequados tratamentos quanto às destinações, a serem realizados pelas empresas do ramo, tendo em vista a minimizar os impactos ambientais.*

4.2. Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – CGU, as características e procedimentos serão os listados a seguir:

4.2.1. Resíduos sólidos em geral ou rejeitos: Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

4.2.2. Procedimento: “Para a gestão de operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a CONTRATADA deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25 /01/2013 – IBAMA”.

4.3. A Contratada deverá obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista se tratar de serviços de baixa complexidade e baixo valores, o que oneraria os custos da contratação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por funcionário designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou a declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. Registro e licenciamento junto aos órgãos ambientais competentes;

4.9. Frota adequada, identificada e em conformidade com normas de segurança e higiene;

4.10. Equipe treinada e uniformizada;

4.11. Experiência comprovada em serviços similares;

4.12. Cumprimento da legislação trabalhista, ambiental e de saúde pública.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Das possíveis soluções existentes no mercado:

Solução 1 - Execução dos serviços de forma própria, descartando o lixo para recolhimento urbano.

Solução 2 - Aderir a Ata de Registro de Preços que possuam as mesmas características do serviço pretendido.

Solução 3 - Contratação uma empresa especializada para execução dos serviços pretendidos.

5.2. Da análise:

Solução 1 - A COMLURB, através da Lei nº 3273 de 06 de setembro de 2001, limita a quantidade de resíduos a ser coletada. Assim, a solução 1 não atende a contendo o objetivo.

Solução 2 - Não foram encontradas Atas de Registro de Preços que atendessem os serviços pretendidos.

Solução 3 - É possível a contratação dos serviços pretendidos através de dispensa de licitação.

5.3. Das possíveis formas de contratação:

Forma 1 - Busca por Atas de Registro de Preços disponíveis para a realização de adesão.

Forma 2 - Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

Forma 3 - Realizar contratação por meios próprios, através de Dispensa de Licitação.

5.4. Da análise:

Forma 1 - Não foram localizadas Atas de Registro de Preços para adesão, que tenham como objeto os serviços pretendidos.

Forma 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação.

Forma 3 - Neste caso, a única e melhor solução é a realização dos procedimentos licitatórios, através da Dispensa de Licitação, visando a contratação exata dos serviços pretendidos.

5.5. Da conclusão:

5.5.1. Com o exposto, diante da impossibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços, conclui-se pela realização dos procedimentos licitatórios, visando a contratação através do sistema de Dispensa de Licitação, nos termos da Forma 3 para execução da Solução nº 3.

5.5.2. Foram consultados potenciais fornecedores, empresas especializadas na prestação dos serviços, os quais apresentaram propostas, visando confirmar os valores máximos a serem licitados.

5.5.3. Atendendo também aos requisitos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, foram considerados as contratações similares realizadas por outros entes públicos.

5.5.4. Devido ao exposto, foram cumpridos os requisitos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O serviço será executado na sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro – CRF-RJ, situada na Rua Afonso Pena nº 115, Tijuca, Rio de Janeiro, CEP 20.270-244.

6.2. A CONTRATADA deverá realizar a coleta dos resíduos gerados na sede do CRF- RJ 03 (três) vezes por semana, sendo: segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira.

6.3. Caso não haja expediente no (s) dia (s) marcados para coleta na sede da CONTRATANTE, a coleta deverá ser realizada no primeiro dia útil subsequente.

6.4. A CONTRATADA destinará os resíduos produzidos pela sede do CRF-RJ a aterros legalizados, devendo apresentar, anexada em sua proposta de preços, documentação expedida por órgão responsável pela gestão do meio ambiente do município em que o aterro está instalado, bem como do INEA (Instituto Estadual do Ambiente).

6.5. No caso de resíduos sólidos indiferenciados e rejeitos, ambos deverão ser acondicionados pela CONTRATANTE em sacos plásticos, conforme ABNT 9191, e depositados nos equipamentos (contêineres ou similares) devidamente disponibilizados pela CONTRATADA.

6.6. Tendo em vista que a unidade de pagamento para o complexo de serviços contratados será o quantitativo, em metros cúbicos (M³) recolhidos no mês, a CONTRATADA deverá no momento do recolhimento conferir o real quantitativo coletado na presença de representante da CONTRATANTE.

6.7. Os resíduos somente serão coletados mediante recibo/relatório de retirada, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade coletada.

6.8. A equipe coletora deverá recolher, manusear e transportar os sacos plásticos com cuidado para não os danificar. Caso haja rompimento desses, os resíduos espalhados deverão ser imediatamente varridos, recolhidos e colocados em recipientes adequados, pela própria equipe da CONTRATADA.

6.9. Em todos os dias em que ocorrer a coleta, a CONTRATADA emitirá um comprovante no qual constará o volume total dos resíduos coletados naquela data e que deverá ser assinado por representante de CONTRATANTE o qual ficará com uma cópia do respectivo documento.

6.10. A CONTRATADA deverá manusear os contêineres com cuidado para não danificar e em caso de avaria ocasionada pelo manuseio inadequado a mesma deverá arcar as despesas de reparo e substituição.

6.11. O responsável pela operação de coleta deverá assegurar-se que os contentores estejam íntegros, devidamente vedados e amarrados de forma segura, sem risco de acidentes ou derramamento do resíduo.

6.12. É de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza dos resíduos em casos de vazamento de lixo no local de recebimento ou no trajeto até as suas destinações ou disposição final. Os resíduos deverão ser descarregados em vazadouros próprios e permitidos por lei.

6.13. Os empregados da CONTRATADA deverão realizar os serviços devidamente uniformizados, e munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades.

6.14. A coleta de resíduos indiferenciados e orgânicos deverá ser feita em veículo do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980/1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de “chorume” e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo “rollon/roll-off”.

6.15. A responsabilidade pelos resíduos sólidos não perigosos, produzidos pela CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada desses, é da CONTRATADA, devendo a mesma ressarcir à CONTRATANTE quaisquer despesas que esse venha ter em razão de débitos, multas e/ou infrações, aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou estaduais do Rio de Janeiro.

6.16. A CONTRATADA deverá indicar expressamente em sua proposta em qual o Aterro Sanitário irá realizar a disposição final dos rejeitos.

6.17. Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada à CONTRATANTE com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.

6.18. À CONTRATADA são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

6.18.1. Lançamento em quaisquer corpos hídricos;

6.18.2. Lançamento in natura a céu aberto;

6.18.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

6.18.4. Outras formas vedadas pelo poder público;

6.18.5. Deposição inadequada no solo;

6.18.6. Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

6.18.7. Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

6.18.8. Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

6.18.9. Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente.

6.19. Os veículos utilizados nos serviços deverão estar, obrigatoriamente, cadastrados e identificados, além de serem dotados de equipamentos de pesagem.

6.20. A CONTRATADA deverá efetuar a retirada dos sacos disponibilizados e/ou depositados nos contêineres da sede do CRF-RJ, conforme determinado neste Estudo, localizado na Rua Afonso Pena, 115 – Tijuca- Rio de Janeiro/RJ.

6.21. Ao final do mês de competência, antes de emitir a nota fiscal, a CONTRATADA enviará à CONTRATANTE um demonstrativo com o resumo das coletas realizadas, onde deverá constar:

data da coleta, número do comprovante, quantidade de lixo coletada em metros cúbico e o valor de cada coleta realizada. Este demonstrativo deverá ser submetido ao fiscal do contratado, para avaliação, aceite ou contestação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo será em metros cúbicos (M³), considerando aqueles recolhidos de forma mensal no período anterior, ou seja, da contratação anterior.

7.2. Pela execução dos serviços nos últimos 12 (doze) meses, foram recolhidos em média, 120 m³, sendo mensalmente recolhido em média 10 m³.

7.3. Esse quantitativo está expresso no contrato atual, que finda em 06 de junho de 2025, não sendo possível sua renovação, tendo e vista a negativa da contratada em renovar.

7.4. O quantitativo mensal de 10 m³ será dividido em sacos de lixos de 100 litros, que equivalem a 0,1 m³, que considerando o recolhimento semanais, em 03 (três) dias intercalados, perfaz o quantitativo em média de 25 sacos de lixos de 100 litros.

7.5. Com base nessa média semanal, conclui-se a média mensal em 100 sacos de lixos de 100 litros, que são equivalentes a 10 m³.

7.6. Consequentemente, totalizando o quantitativo para 12 (doze) meses, a média de 120 m³, a ser recolhido.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.240,00

8.1. A pesquisa de preços foi realizada com base no artigo 5º, incisos I e IV da IN Nº 65/SEGES/ME, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.2. Foram pesquisadas empresa do ramo, que ofertaram propostas de preços, que juntamente com a consulta aos valores contratados por outros entes públicos, formaram a estimativa dessa contratação pretendida.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento dos serviços contratados, uma vez que os serviços em si não permitem tal situação uma vez que a empresa que fará o recolhimento do lixo terá que ser a mesma que fará o descarte.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não haverá contratações Correlatas ou interdependentes, pois a contratação é suficiente para a execução dos serviços, visto que os sacos de lixos a serem utilizados são fornecidos pela empresa contratada responsável pelos serviços de limpeza do CRF-RJ.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A referida contratação foi planejada para o ano de 2025 e incluída no PAC do CRF-RJ na numeração **389455-64/2025**, sob a rubrica: 66.2.2.1.1.01.04.04.005.031 - Prestação de serviços Pessoa Jurídica, conforme documento de Disponibilidade Orçamentária pertencente ao processo da contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Garantir que o lixo seja retirado regularmente, evitando o acúmulo, ajudando a manter o CRF-RJ e o entorno limpos, sem mau cheiro ou sujeira.

12.2. Atender às exigências legais de descarte correto de resíduos, evitando multas e problemas com órgãos de fiscalização.

12.3. Evitar a proliferação de pragas como ratos, baratas e mosquitos (como o da dengue), considerando que haverá menos exposição a resíduos contaminantes e materiais perigosos.

12.4. As Empresas de coleta muitas vezes oferecem separação correta e reciclagem, diminuindo o descarte irregular (em terrenos baldios, rios etc.).

12.5. Incentivar hábitos sustentáveis.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas, pois trata-se de continuidade de serviço, cabendo ao CRF-RJ apenas o recolhimento do lixo em sacos de 100 litros, serviço este já realizado pelos colaboradores.

13.2. Os sacos de 100 litros já são fornecidos pela empresa que presta os serviços de limpeza.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Visando atender à Instrução Normativa nº 01/2020 – MPOG/SLTI, a empresa contratada deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

14.1.1. A contratada deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância;

14.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, cumprindo a legislação vigente;

14.1.3. Cumprir as Normas Brasileiras – NBR - publicadas pelas Associações Brasileiras de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como o CONAMA respectivo.

14.2. Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – CGU, as características e procedimentos serão os listados a seguir:

14.2.1. Resíduos sólidos em geral ou rejeitos: Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

14.2.2. Procedimento: “Para a gestão de operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA. ”

14.3. A contratada deverá proporcionar adequado tratamento do impacto ambiental causado pelo empreendimento.

14.4. Todo o lixo deverá ter correta destinação, ou seja, ser realizada em locais apropriados dentro do Estado do Rio de Janeiro.

14.5. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do MEC voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

14.5.1. Economia de energia;

14.5.2. Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;

14.5.3. Economia de água;

14.5.4. Reciclagem de lixo;

14.5.5. Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

15. Análise de Riscos

Risco 1: Falta de Recursos Orçamentários para Contratação do Objeto.

Probabilidade: ☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta

ID	Danos	Impacto	
1	Falta de recursos orçamentários para contratação dos serviços, objeto desta contratação.	Não contratação dos serviços culminará no não recolhimento do lixo, gerando diversos problemas administrativos, legais e ambientais ao CRF-RJ.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Reserva ou realocação de recursos orçamentários e financeiros pelo gestor do orçamento do CRF-RJ.	Setor de Administração em conjunto com o Setor Financeiro do CRF-RJ.	Até o início dos Procedimentos licitatórios.

Risco 2: Ausência de Fornecedores Habilitados para o Fornecimento do Material, Objeto da Contratação.

Probabilidade: ☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta

ID	Danos	Impacto
1	Atraso ou não efetivação da contratação.	Necessidade de refazer os procedimentos licitatórios.

ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Análise das condições do mercado e, se for o caso, mudança dos requisitos do objeto, com o objetivo de ampliar o leque de possíveis fornecedores, desde que se observe a manutenção do atendimento das necessidades do setor demandante.	Setor de Administração em conjunto com o Setor de Administração do CRFRJ.	Até o início dos Procedimentos licitatórios.

Risco 3: Descumprimento Contratual Grave ou Inexecução.

Probabilidade: [] Baixa [X] Média [] Alta

ID	Danos	Impacto	
1	Não efetivação do fornecimento do serviço, objeto desta contratação.	Não recolhimento do lixo gerando diversos problemas administrativos, legais e ambientais ao CRF-RJ.	
ID	Ação de Mitigação e Contingência	Responsáveis	Prazo
1	Inclusão de penalidades e condições de habilitação que reduzam as chances de que a contratação seja realizada com empresas inidôneas ou incapazes de atender às necessidades na fase de execução contratual.	Setor de Administração do CRF-RJ.	Até o início dos Procedimentos licitatórios.
2	Estudo de aquisições e contratações similares e adequação a necessidade do CRF-RJ.	Setor de Administração	Até o início dos Procedimentos licitatórios.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1. Tendo em vista que o mercado apresenta a mesma solução para a contratação em questão e que os demais itens necessários estão dentro dos parâmetros estabelecidos pela IN 05/2017, bem como IN 40/2020 e IN 65 /2021, esta equipe de elaboração de ETP opina pela viabilidade da contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA LUIZA MASSA GOMES OLIVEIRA

Administradora



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 11:13:51.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Portaria 2028.24 - Estabelece o retorno ao Cargo da Presidência e mandato de conselheiro e outras providências e Revoga a portaria 1847.2024.pdf (470.43 KB)
- Anexo II - cotação-detalhado-63-2025.pdf (196.34 KB)
- Anexo III - Portaria 2142.2025 - Renomeia Empregados Públicos encarregados das aquisições e contratações no âmbito da Lei 14.133.2021, Decret.pdf (169.94 KB)